

Trabalho Docente em Tempos de Pandemia

Relatório Técnico

Apresentação

A pandemia de Coronavírus (Covid-19) enfrentada na atualidade tem impactado fortemente os sistemas educacionais em todo o mundo, ensejando novas situações de trabalho.

Além das complexas questões pedagógicas relativas ao ensino remoto, a discussão sobre o contexto atual do trabalho docente envolve o tema da infraestrutura das escolas, das condições sociais e de saúde de toda a comunidade escolar. O debate envolve ainda, as questões relativas às condições de trabalho dos profissionais de educação tanto no que se refere às adaptações necessárias para a oferta de educação remota quanto à retomada das atividades presenciais, quando isso for possível, já que eles se encontram na linha de frente do processo de reorganização escolar.

Nesse contexto, a presente pesquisa *Trabalho Docente em Tempos de Pandemia* buscou conhecer os efeitos das medidas de isolamento social em função da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho docente na Educação Básica nas redes públicas de ensino no Brasil. A pesquisa procurou conhecer quais atividades estão sendo desenvolvidas pelos docentes e em que condições, durante o período de isolamento social.

Assim, convidamos-lhes a conhecer os resultados desta pesquisa realizada com professores(as) das redes públicas de todos os estados do país. Nossa expectativa é de as informações tratadas na pesquisa possam contribuir para o debate responsável e necessário sobre as condições atuais que enfrentam a educação básica pública no Brasil.

Sobre a pesquisa

A pesquisa foi realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG), sob a coordenação da Professora Dra. Dalila Andrade Oliveira.

O GESTRADO/UFMG é responsável pelo desenho metodológico da pesquisa, construção do instrumento de coleta de dados, além da sistematização e análise dos resultados.

Nesta investigação, o público-alvo contempla os(as) professores(as) da Educação Básica das redes públicas estaduais e municipais. Conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2019, esse universo abrange cerca de 1,7 milhões de profissionais.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário on-line autoaplicado, disponibilizado na plataforma Google Forms. Os dados foram coletados no período de 8 a 30 de junho de 2020.

A pesquisa contou com a parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), na mobilização dos respondentes e na divulgação dos resultados.

A amostra da pesquisa foi constituída por 15.654 professores(as) das redes públicas da Educação Básica. Isso após analisar o banco de dados e eliminar os questionários com preenchimento incompleto e os casos duplicados.

Sobre os tópicos pesquisados, as questões foram distribuídas em quatro blocos: 1. Perfil dos(as) respondentes; 2. Utilização de tecnologias digitais; 3. Docentes com aulas suspensas; e 4. Desenvolvimento de atividades escolares remotas. A seguir, passamos a descrever alguns dos resultados obtidos na pesquisa.

Perfil dos respondentes

As primeiras informações sobre os 15.654 professores(as) da Educação Básica das redes públicas foram referentes às características demográficas e à vinculação profissional.

Quadro 1: Características demográficas

Faixa etária	Feminino	Masculino	Total
Até 29 anos	5,5%	2,3%	7,8%
De 30 anos a 39 anos	20,6%	6,6%	27,3%
De 40 a 49 anos	30,2%	7,0%	37,2%
De 50 a 59 anos	19,0%	4,7%	23,7%
60 anos ou mais	3,0%	1,0%	4,0%
Total	78,3%	21,7%	100,0%

As mulheres representam 78% dos respondentes, sendo que metade dos professores participantes da pesquisa é constituída por mulheres com idade entre 30 a 49 anos.

Quadro 2: Abrangência da pesquisa

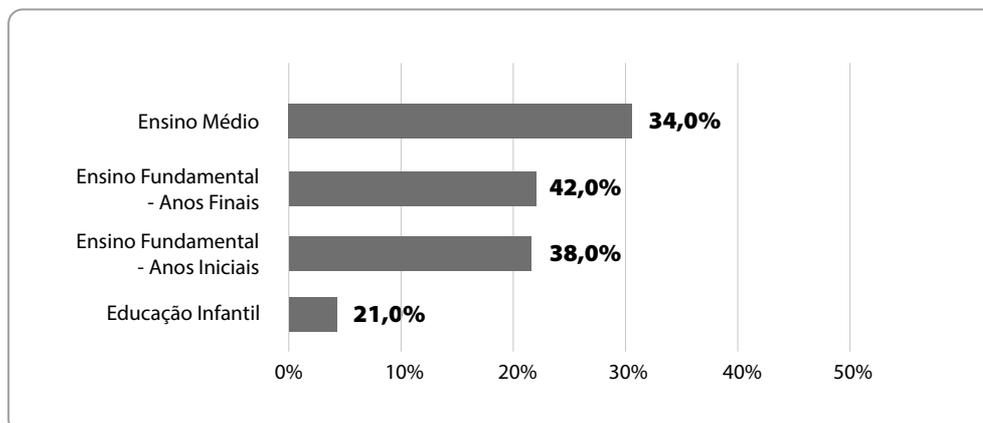
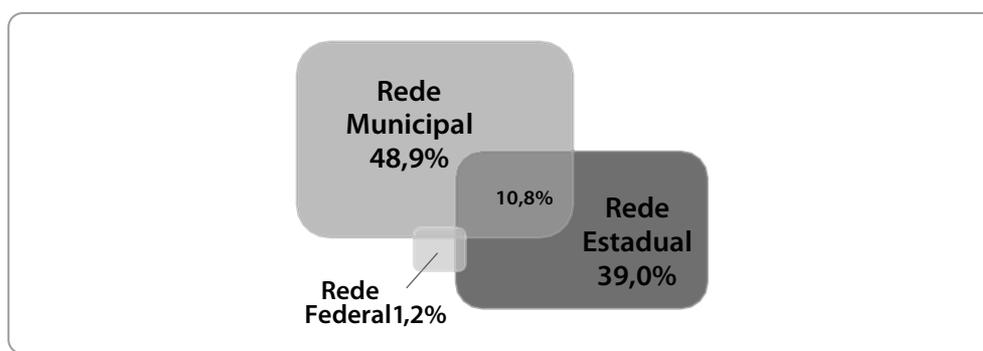
Norte (9%)	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO		
	433	202	84	116	454	56	64		
Nordeste (35%)	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
	219	410	2.235	61	1.326	681	113	273	153
Centro-Oeste (17%)	DF	GO	MT	MS					
	375	214	709	1.434					
Sudeste (23%)	ES	MG	RJ	SP					
	755	1.783	246	779					

Sul (16%)	PR	RS	SC
	1.600	620	259

Todos os estados foram abrangidos pela pesquisa, o que nos permite obter informações sobre a situação do trabalho remoto no contexto da pandemia do Coronavírus 19 em todo o país.

Cinco estados tiveram mais de 1.000 respondentes (Ceará, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraíba).

Gráfico 1: Vinculação profissional



- » 9 a cada 10 professores(as) atuam exclusivamente em uma única rede de ensino.
- » 69% dos(as) professores(as) atuam em uma única etapa/subetapa da Educação Básica.
- » 6 a cada 10 professores(as) lecionavam somente no Ensino Regular.
- » Em relação às modalidades de ensino, do total de respondentes: 22,1% atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA); 9,8% na Educação Especial; 74% na Educação

Profissional e Tecnológica; 5,7% na Educação do Campo; e 0,7% na Educação Escolar Indígena e Quilombola.

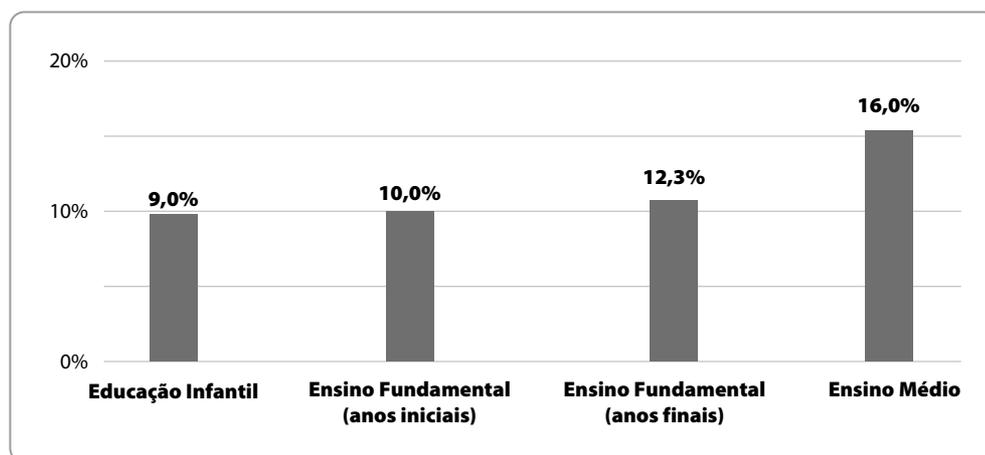
Utilização de tecnologias digitais

Antes mesmo da pandemia, as tecnologias digitais já se encontravam cada vez mais demandadas no cotidiano dos professores da Educação Básica. Com a suspensão das aulas presenciais em decorrência do isolamento social resultante das medidas de prevenção à COVID 19, o domínio dessas tecnologias tornou-se necessidade básica.

O quadro pesquisado evidenciou o caráter de novidade trazido pela realização de aulas a distância. Adicionalmente, revelou-se a ausência de formação específica para grande parte dos(as) professores(as).

Como pode ser observado nos dados:

Gráfico 2: Experiência com aulas remotas



O isolamento social impôs novas rotinas de trabalho aos docentes. A oferta de ensino remoto, utilizando de meios tecnológicos pouco usuais no trabalho presencial, tem sido uma novidade e um grande desafio para a maioria dos(as) professores(as). A experiência desses profissionais com a realização de aulas remotas aumenta com o avanço das etapas da Educação Básica. Porém, o nível de dificuldade para lidar com tecnologias digitais é semelhante entre as etapas. Somente 28,9% dos respondentes afirmam possuir facilidade para o seu uso.

As dificuldades são ainda maiores quando os docentes não receberam nenhuma formação para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas.

Entretanto, observa-se uma diferença significativa entre os que tiveram acesso à formação em relação à dependência administrativa a que estão vinculados. A proporção de professores(as)

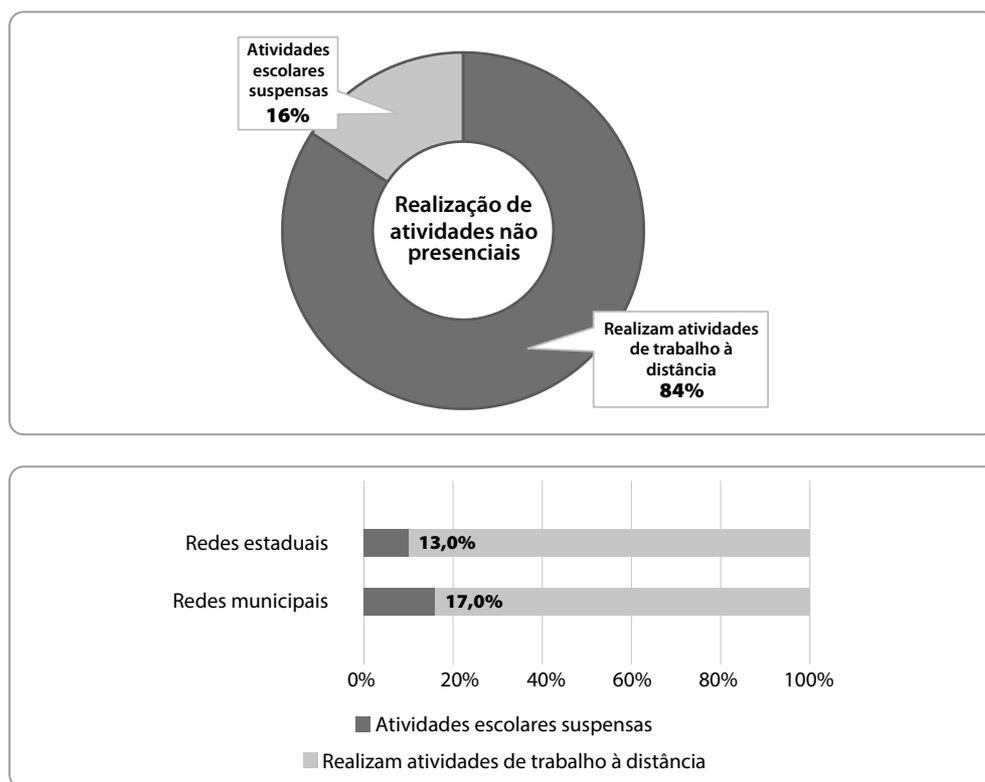
das Redes Municipais de Ensino (53,6%) que não recebeu nenhum tipo de formação para uso de tecnologias digitais é mais que o dobro que a dos(as) professores(as) das Redes Estaduais de Ensino (24,6%).

Entre os(as) professores(as) que relataram ter participado ou estar participando de atividades de formação para o uso de tecnologias digitais, a maior parte afirma que essas atividades são oferecidas pelas Secretarias de Educação. A segunda situação mais usual é aquela na qual o docente afirma ter acesso a tutorial on-line com informações sobre como utilizar as ferramentas virtuais.

Novas configurações da atividade docente

Afinal, como ficou o trabalho dos professores(as) da Educação Básica pública no país após o distanciamento social decorrente da pandemia da Covid-19?

Gráfico 3: Suspensão e continuidade das atividades escolares



Embora exista distanciamento social em função da Covid-19, a grande parte (84%) dos(as) professores(as) continua a desenvolver atividades de trabalho de forma remota.

A suspensão das atividades escolares atingiu com maior intensidade os(as) professores(as) das Redes de Ensino Municipais. Isso comparado aos das Redes de Ensino Estaduais.

Docentes com aulas suspensas

Embora 15,8% dos(as) professores(as) respondentes da pesquisa não estivessem realizando atividades escolares não presenciais, eles foram avaliados quanto ao preparo para a realização dessa forma de ensino e à disponibilidade de recursos tecnológicos para tal.

Apesar de as atividades escolares terem sido suspensas, quase a metade (46%) desses docentes continua interagindo com os estudantes.

Recursos tecnológicos disponíveis e preparo para o ensino remoto

A discussão sobre a oferta de ensino remoto envolve dois elementos muito importantes e que estão relacionados: saber se os docentes dispõem de recursos tecnológicos (meios de trabalho), tais como: computador, tablet, celular, internet; e qual o preparo desses profissionais para desenvolverem suas atividades de trabalho remotamente.

Quadro 3: Disponibilidade de recursos tecnológicos e preparo para seu uso

		Preparação para realização de atividades	
		Sim	Não
Recursos tecnológicos	Sim	31,7%	53,6%
	Não	1,9	12,7%

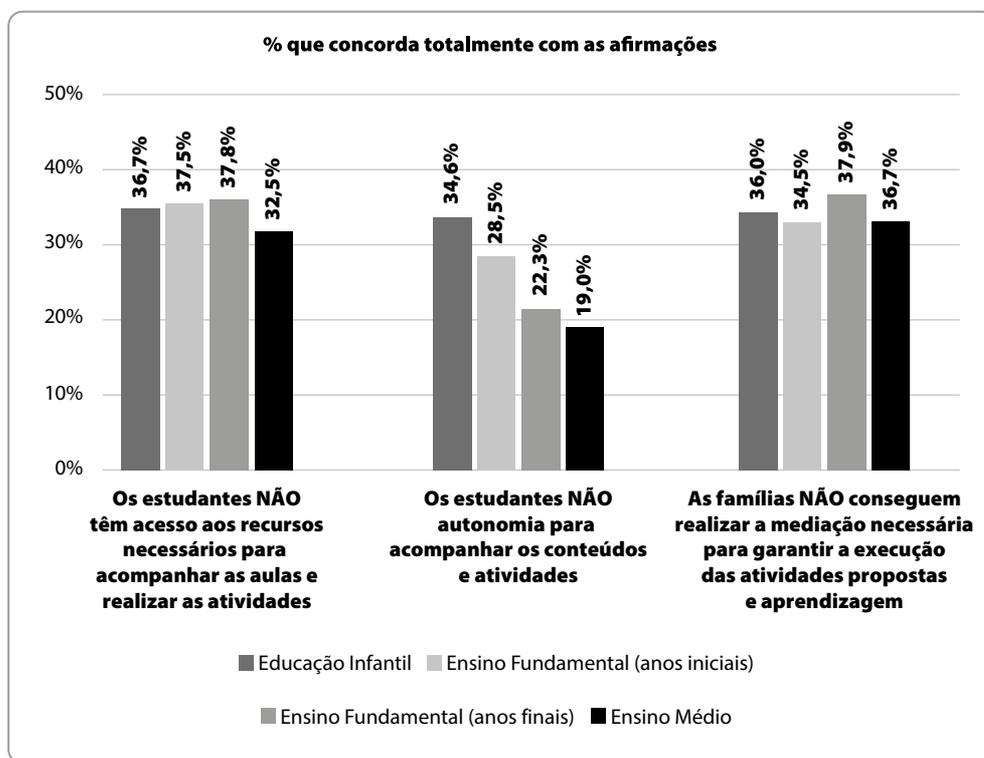
Na pesquisa constatamos que, embora possuam recursos tecnológicos, mais da metade (53,6%) não possui preparo para ministrar aulas não presenciais.

Caso precisassem realizar atividade de ensino à distância, apenas 3 a cada 10 professores(as) da Educação Básica possuem tanto recursos tecnológicos quanto preparo necessário à realização das atividades.

Avaliação sobre o ensino à distância

Contudo, o trabalho docente remoto exige também que na outra ponta as condições de sua realização estejam asseguradas. Nesse sentido, não basta que somente os(as) professores(as) possuam os meios necessários para sua realização, mas é indispensável que os estudantes também. Na visão dos profissionais, *1 a cada 3 estudantes não possui acesso aos recursos para acompanhamento das aulas e realização das atividades*, o que constitui um entrave para a realização do ensino remoto. A situação é melhor no Ensino Médio, que teve o menor percentual de respondentes (32,5%) que avaliou que os estudantes NÃO tinham acesso aos recursos para acompanhar as aulas remotas.

Gráfico 4: Avaliação dos(as) professores(as) acerca do ensino à distância



A autonomia dos estudantes para acompanhar os conteúdos e atividades aumenta à medida que se avança nas etapas/subetapas da Educação Básica. Porém, *mesmo no Ensino Médio, cerca de 1 a cada 5 estudantes não possuem autonomia para acompanhamento de aulas remotas, segundo a percepção dos(as) seus professores(as)*.

Outro dado importante é o apoio que as crianças e jovens recebem em casa para o acompanhamento das atividades de ensino. Cerca de 35% dos profissionais de todas as etapas/subetapas da Educação Básica acreditam que as famílias não conseguem colaborar para garantir a execução das atividades remotas. Essa constatação está presente

mesmo entre as famílias de estudantes da Educação Infantil que podem vir a possuir maior necessidade de apoio da família.

A realização de aulas não presenciais busca cumprir uma série de critérios relacionados à atividade educativa. Alguns relacionados a aspectos burocráticos, outros à aprendizagem.

1 a cada 3 professores(as) concordaram totalmente com o fato de que a realização de aulas à distância justifica o recebimento do salário mensal. Isso foi verificado em todas as etapas/sub-etapas da Educação Básica.

A realização do ensino remoto, porém, não garante a substituição das aulas presenciais. *Somente 14,3% dos respondentes concordaram totalmente com o fato de que a atividade à distância garante a não reposição das aulas.*

12,2% dos respondentes concordaram totalmente com o fato de o ensino à distância possibilitar a continuidade dos conteúdos que precisam ser abordados.

Desenvolvimento de atividades escolares remotas

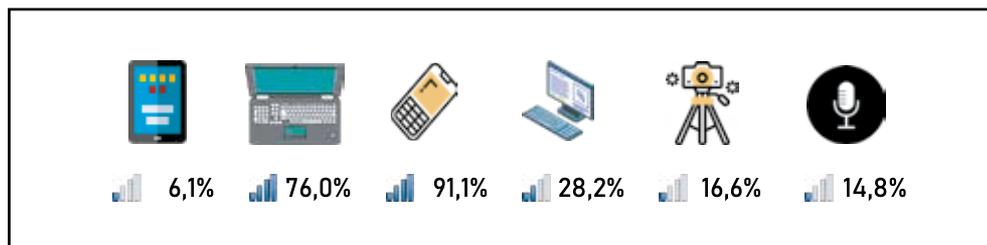
Dos participantes da pesquisa, 86% passaram a realizar atividades de ensino remotas em função do rearranjo de trabalho provocado pela pandemia da Covid-19. Contudo, foram situações novas e inesperadas que não contaram com um planejamento prévio e uma preparação específica. Seguem, adiante, as percepções dos(as) professores(as) sobre os recursos utilizados para a realização do trabalho à distância, o suporte oferecido, a forma de organização do trabalho e o relacionamento com os estudantes.

Em relação aos profissionais que desenvolvem trabalho à distância: *1 a cada 17 profissionais da Educação Infantil realizam esse trabalho na própria escola.* Muito superior, portanto, ao cenário dos(as) professores(as) do Ensino Médio, em que 1 a cada 44 profissionais exercem o trabalho na unidade escolar.

Recursos tecnológicos

83% dos professores possuem recursos, em casa, para ministrar aulas não presenciais. Desses docentes, a metade compartilha os recursos com outras pessoas no domicílio e, a outra parte, faz uso exclusivo dos recursos tecnológicos.

Imagem 1: Recursos utilizados para ministrar aulas à distância



Tipo de internet utilizada

Banda larga	65,3%	Outro tipo (rádio, discada)	10,4%
Plano de dados do celular	24,0%	Não possui internet em casa	0,2%

9 a cada 10 professores(as) utilizam o telefone celular na realização das aulas à distância. Em seguida aparece o notebook, sendo usado por 76,0% dos participantes.

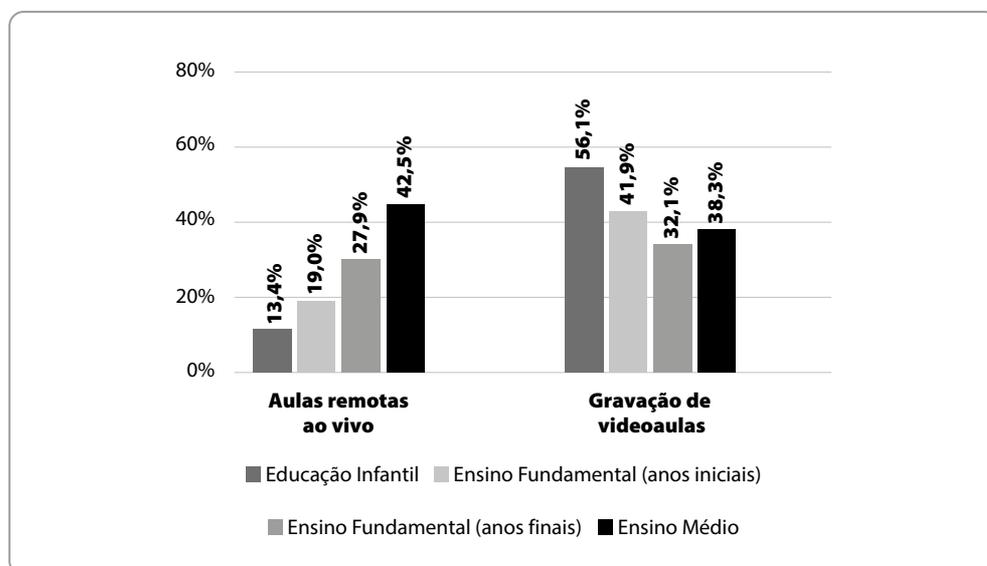
Entre os dispositivos eletrônicos avaliados, o tablet foi o menos utilizado pelos docentes para ministrar aulas não presenciais.

2 a cada 3 participantes possuíam internet banda larga. Outros 24,0% utilizavam dados do plano de celular para ministrar as aulas remotas.

Atividades desenvolvidas

Os formatos de aula remota disponibilizados aos estudantes diferenciam entre as etapas/subetapas da Educação Básica. Os professores(as) da Educação Infantil foram os que mais realizaram a gravação de videoaulas, tendo sido produzidas por mais da metade dos participantes.

Gráfico 5: Aulas remotas realizadas



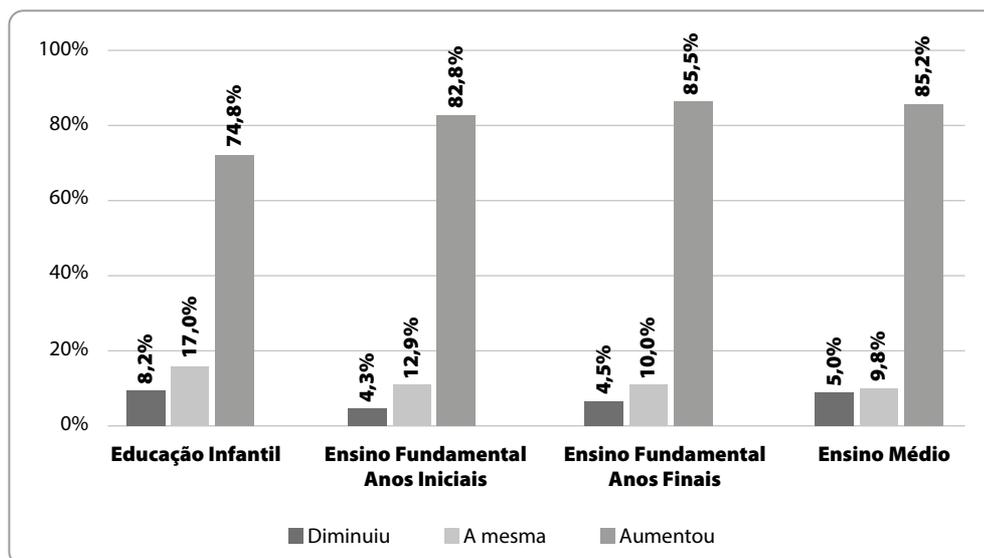
43,5% dos professores(as) do Ensino Médio realizavam aulas remotas ao vivo. Esse percentual é superior aos valores encontrados no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, que teve somente 13,4% dos respondentes que utilizaram desse tipo de recurso.

Entretanto, o desenvolvimento das atividades não presenciais contempla diversas outras ações, como é o caso da elaboração e correção de atividades e a participação em reuniões.

- » 9 a cada 10 professores(as) elaboravam atividades para serem enviadas aos estudantes, no período de interrupção das aulas presenciais.
- » A leitura e a correção de trabalhos enviados pelos estudantes eram realizadas por 63,7% dos respondentes.
- » 3 a cada 4 professores(as) da Educação Básica realizavam reuniões com os gestores da escola. Ainda, 57,2% participavam de reuniões com os colegas de trabalho.

Diante das diferentes tarefas realizadas para o ensino remoto, como os(a) professores(as) avaliam as mudanças na sua rotina de trabalho usual com as atividades desenvolvidas nas aulas presenciais?

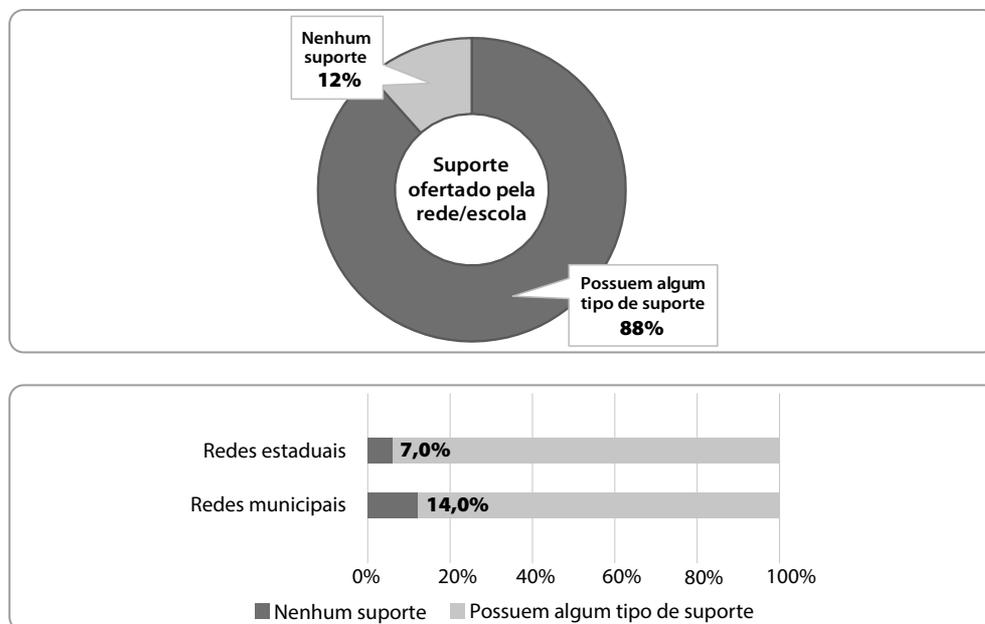
Gráfico 6: Comparação das horas de trabalho no ensino remoto



- » A percepção da maioria dos(as) professores(as) é de que houve um aumento nas horas de trabalho.
- » O aumento das horas de trabalho gastas na preparação das aulas não presenciais ocorreu para a grande maioria dos(as) professores(as) de todas as etapas/subetapas da Educação Básica.
- » A visão de que o trabalho à distância diminui as horas de trabalho é a percepção da minoria dos respondentes, sendo que o está mais presente entre os docentes da Educação Infantil.

Suporte institucional

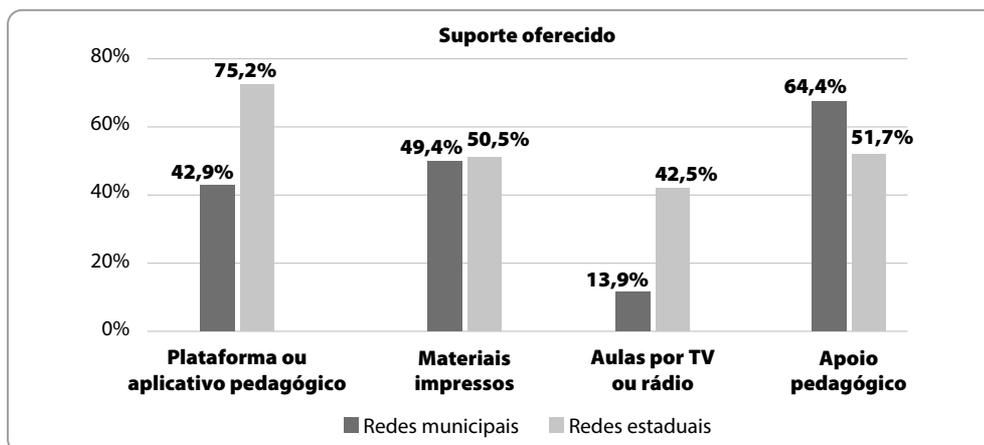
Gráfico 7: Disponibilidade de suporte institucional



A proporção de professores(as) das Redes Municipais de Ensino (14%) que não dispõem de nenhum tipo de suporte para a realização de atividades não presenciais é o dobro do que aqueles das Redes Estaduais de Ensino (7%). Mais uma vez, observa-se diferença significativa entre a dependência administrativa a qual a escola está vinculada.

À medida que se avança nas etapas/subetapas da Educação Básica, aumenta a cobertura de suporte oferecido aos docentes. Assim, a pior situação refere-se à Educação Infantil, em que 15% não possuem suporte, e a melhor, no Ensino Médio (9%).

Gráfico 8: Tipo de suporte oferecido



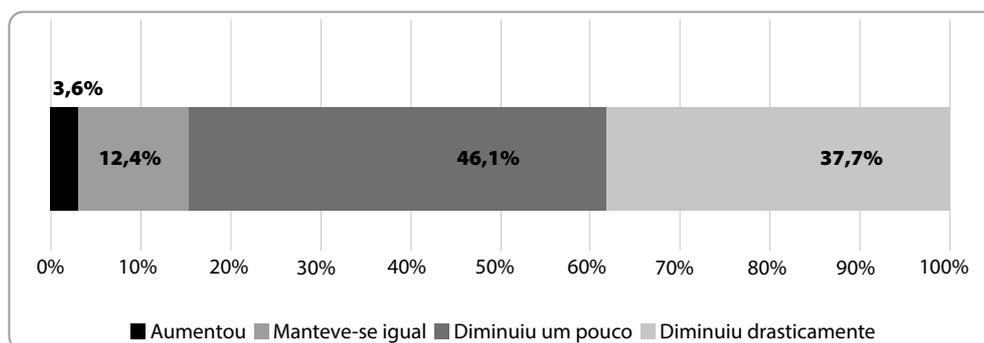
Os tipos de suporte oferecidos aos docentes para a realização das atividades não presenciais variam de acordo com a rede de ensino.

3 a cada 4 professores(as) das Redes Estaduais de Ensino possuíam plataformas ou aplicativos pedagógicos para a oferta das aulas remotas. A disponibilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem foi menos comum entre os docentes das Redes Municipais de Ensino.

O apoio pedagógico foi o tipo de suporte mais ofertado pelas Redes Municipais de Ensino aos docentes. Dentre os respondentes, 3 a 4 professores(as) tiveram acesso a esse serviço de apoio à realização das atividades não presenciais.

Relação com os estudantes

Gráfico 9: Participação dos estudantes nas atividades propostas



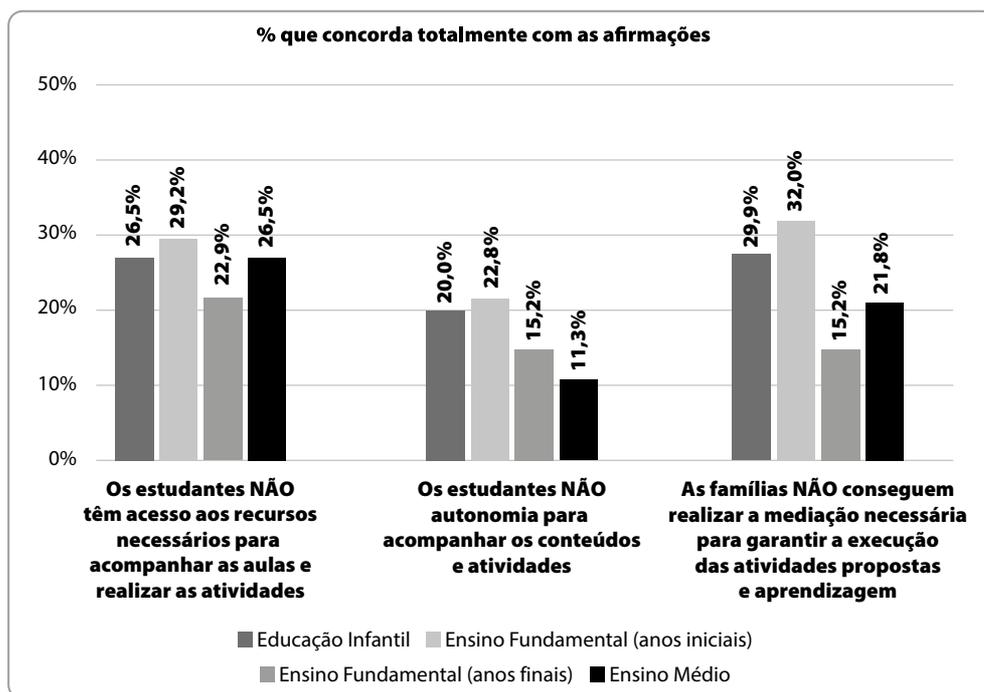
Somente 16,0% dos(as) professores(as) participantes da pesquisa avaliaram que não houve perdas em relação à participação dos estudantes nas atividades propostas. Isso é, o envolvimento dos discentes manteve-se o mesmo ou, até mesmo, aumentou.

O cenário imposto pela pandemia de Covid-19 influenciou de forma mais negativa no Ensino Médio (45,8%) e nos anos finais do Ensino Fundamental (44,5%), em que em torno de 45% dos estudantes diminuiu drasticamente a participação nas atividades propostas.

A diminuição drástica da participação dos estudantes foi percebida por 34,1% dos(as) professores(as) da Educação Infantil e 29,0% dos respondentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para a realização do trabalho docente remoto, não basta que somente os(as) professores(as) possuam os meios necessários para sua realização. É indispensável que os estudantes também os tenham. Na visão geral dos profissionais, *1 a cada 4 estudantes não possui acesso aos recursos para acompanhamento das aulas e realização das atividades*, o que constitui um entrave para a realização do ensino remoto. A situação é um pouco melhor nos anos finais do Ensino Fundamental, em que 22,9% dos respondentes avaliaram que os estudantes não têm acesso a tais recursos.

Gráfico 10: Entraves à realização do ensino remoto



A autonomia dos estudantes para acompanhar os conteúdos e atividades é menor nas duas primeiras etapas/subetapas da Educação Básica. *Embora a situação seja melhor no Ensino Médio, ainda assim, 11,3% dos estudantes não possuem autonomia para acompanhamento de aulas remotas, segundo a percepção dos(as) seus professores(as).*

Cerca de 30% dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental acreditam que as famílias não conseguem colaborar para garantir a execução das atividades remotas.

Quanto aos aspectos burocráticos e relacionados à atividade educativa, seguem alguns resultados sobre a realização de aulas não presenciais:

- » Em todas as etapas/subetapas da Educação Básica, *praticamente a metade dos(as) professores(as) concordaram totalmente com o fato de que a realização de aulas à distância justifica o recebimento do salário mensal*. Essa parcela é bem superior à avaliação feita pelos profissionais que não realizavam atividades de ensino remoto.
- » A realização do ensino remoto, porém, não garante a substituição das aulas presenciais. *Somente 17,5% dos respondentes concordaram totalmente com o fato de que a atividade à distância garante a NÃO reposição das aulas*.
- » 16,0% dos respondentes concordaram totalmente com o fato de o ensino à distância possibilitar a continuidade dos conteúdos que precisam ser abordados. Ou seja, eles possuem uma avaliação mais positiva sobre esse aspecto em relação àqueles que tiveram as aulas suspensas (12,2%).

Notas conclusivas

Esperamos que os resultados obtidos com a pesquisa Trabalho docente em tempos de pandemia possam contribuir para o debate atual sobre como a educação básica pública no Brasil pode enfrentar as restrições impostas pelo isolamento social em decorrência da COVID 19. A abrangência de cobertura que teve a pesquisa, considerando a quantidade de respondentes e a distribuição por todos os estados do país, bem como a variedade de situações encontradas nas respostas dos participantes contribuem para o maior conhecimento do conjunto complexo que envolve a realidade atual da oferta de educação básica pública nos estados, Distrito Federal e municípios do Brasil.

A situação é completamente nova e inesperada, ou seja, ninguém estava preparado para enfrentar os desafios que a pandemia nos impõe. O que a pesquisa nos mostra é que as redes públicas de ensino adotaram estratégias diversas, incluindo desde aulas remotas a suspensão das atividades letivas, passando por outras formas de interação com os estudantes. Os docentes foram convocados, na maioria dos casos, a realizarem seu trabalho de outra maneira, em outros contextos, inclusive virtual, adaptando suas atividades, desenvolvendo habilidades para lidar com novas ferramentas e metodologias para responder a essa situação inteiramente inusitada.

Essas adaptações exigiram esforços que não podem ser desprezados. A maioria desses profissionais não recebeu qualquer formação para o desenvolvimento dessas atividades. Entretanto, percebe-se que o compromisso desses professores(as) com seus

estudantes tem orientado a busca de meios para tornar a oferta educativa possível. Essa experiência pode significar um importante crescimento e amadurecimento profissional, mas ela também é geradora de tensões e angústias para os docentes.

Os problemas já conhecidos que envolvem a oferta de educação básica pública no país foram evidenciados neste contexto de pandemia. A precariedade de muitas escolas, a ausência de profissionais em número suficiente, a falta de suporte das redes de ensino, os problemas relacionados às condições sociais e econômicas das famílias são fatores que dificultam a busca de alternativas para enfrentar a pandemia e o retorno às atividades presenciais.

Os resultados desta pesquisa deverão ainda ensejar novos estudos e análises no âmbito acadêmico que poderão contribuir para o conhecimento desta situação nova. Para o momento, consideramos que as informações fornecidas pela pesquisa são relevantes para se considerar no momento do retorno às atividades presenciais. Dada a destacada desigualdade econômica e social do país e os problemas de infraestrutura das escolas, faz-se necessário o exame rigoroso de cada caso com o fim de evitar generalizações que podem incorrer em graves injustiças.

A busca de soluções no plano imediato requer amplo diálogo envolvendo toda a comunidade educacional e outros setores da sociedade. A pesquisa acadêmica pode auxiliar nesse diálogo dispondo de conhecimentos responsáveis para a análise dos problemas.

Esperamos que os resultados da pesquisa possam contribuir para a elaboração de políticas consequentes que promovam a melhoria das condições de trabalho desses profissionais e para a melhoria da oferta educativa de seus estudantes.

Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado/UFMG)

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Expediente Gestrado/UFMG

Coordenadora:

Dalila Andrade Oliveira

Vice coordenadoras:

Adriana Araújo Pereira Borges e Lívia Maria Fraga Vieira

Estatístico:

Edmilson Antonio Pereira Junior

Pesquisadores:

Adriana Maria Cancellata Duarte, Alexandre William Barbosa Duarte, Ana Maria Alves Saraiva, Ana Maria Clementino Jesus e Silva, Anna Rachel Mendes Gontijo Mazoni, Aylanna Soares Araújo, Celsiane Aline Vieira Araújo, Cláudia Starling Bosco, Danilo Marques Silva, Deise Rosálio Silva, Gustavo Soares Araújo, Henrique Oliveira Rachid Cançado, Jonas Aron Cardoso Diniz, Josiane Pereira Torres, Juliana de Fátima Souza, Kildo Adevaire dos Santos, Lucas Felicetti Rezende, Maikel Pons Giralt, Maíra Lana Kascher Santos, Maria Helena Oliveira Gonçalves Augusto, Maria Luísa da Silva Amâncio, Naiane Alves de Almeida, Sâmara Carla Lopes Guerra de Araújo, Sofia Constança Penido Miranda, Sullivan Ferreira de Souza e Tiago Antônio da Silva Jorge

Contato:

www.gestrado.net.br [instagram.com/gestradoufmg](https://www.instagram.com/gestradoufmg)

Endereço:

Av. Antonio Carlos, 6627
UFMG Campus Pampulha
Belo Horizonte-MG, Brasil
CEP: 31270-901